

"GOSTAMOS DE ENALTECER O JORNALISMO PENSANDO NO QUE ELE DE FATO É, QUANDO EXERCIDO ETICAMENTE: COMO UM INSTRUMENTO DO ESCLARECIMENTO DOS CIDADÃOS. ENTÃO ACABAMOS NOS ESQUECENDO DE QUE NOSSA IMPRENSA TEM UMA TRADIÇÃO GOLPISTA."

IMPEACHMENT: A MÍDIA E A FARSA

SYLVIA MORETZSOHN - PROFESSORA DE JORNALISMO E PESQUISADORA PÁGINA 11

"AS PESSOAS NECESSITAM SER EDUCADAS A SE RELACIONAREM COM OS DIFERENTES, E A ESCOLA SE CONSTITUI EM UM LUGAR PRIVILEGIADO PARA ISSO. A ESCOLA LAICA ASSUME UMA IMPORTÂNCIA CAPITAL NA PROMOÇÃO DE SOCIABILIDADES QUE RESPEITEM AS DIFERENÇAS."

ELCIO CECCHETTI - DR. EM EDUCAÇÃO

DIVERSIDADE RELIGIOSA, LAICIDADE E EDUCAÇÃO PÁGINA 10

"INFELIZMENTE NÃO EXISTE SOLUÇÃO MÁGICA EM UNIVERSIDADES. AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS DEVEM SER CONSEQUÊNCIA DE UM CONSENSO POLÍTICO. E CONSENSOS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS SÃO DIFÍCEIS DE SEREM ALCANÇADOS."

MARCOS MATTEDI - DR. EM SOCIOLOGIA

LADO B - A SOLUÇÃO MÁGICA PÁGINA 16

DIVULGAÇÃO

"NÃO BASTA SABER LER QUE EVA VIU A UVA. É PRECISO COMPREENDER QUAL A POSIÇÃO QUE EVA OCUPA NO SEU CONTEXTO SOCIAL, QUEM TRABALHA PARA PRODUZIR A UVA E QUEM LUCRA COM ESSE TRABALHO."
(PAULO FREIRE)

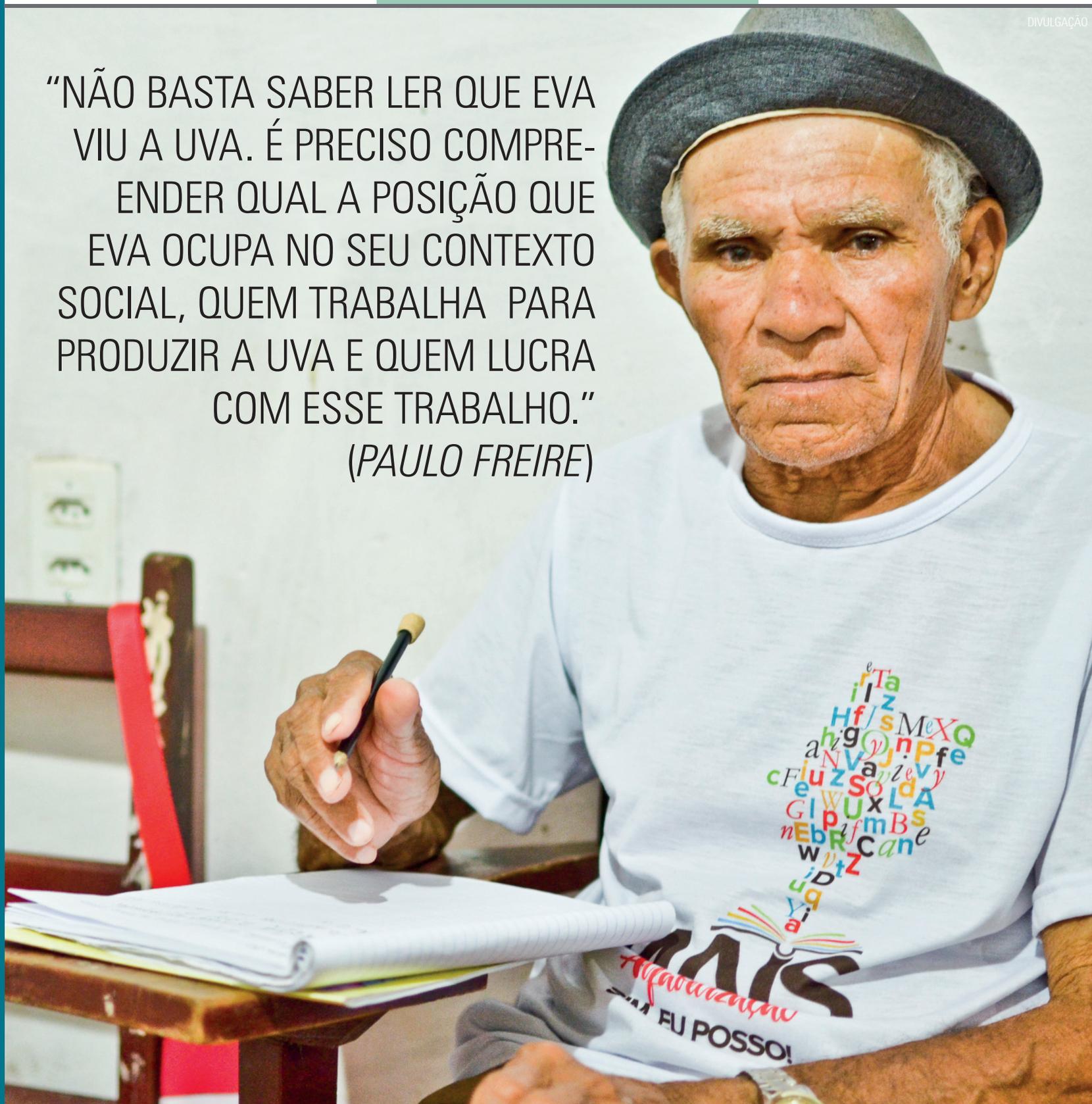


FOTO: JULIANA ADRIANO

Governo Temer bloqueou o cadastro para o sistema que ensinaria 13 milhões de pessoas a ler e escrever pelo programa Brasil Alfabetizado, criado em 2003. Projetos sociais buscam alternativas

PÁGINAS 8 E 9



CONHEÇA A PROPOSTA CENTRAL, OS ENCAMINHAMENTOS E OS RISCOS PARA OS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO COM O PROJETO DE LEI 257/2016, ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL

PÁGINA 5



BICICLETA — NOS PLANOS —

URGÊNCIA DA BUSCA DE SOLUÇÕES EM TORNO DA MOBILIDADE URBANA IMPÕE INCLUSÃO DA BICICLETA E IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS COMO PRIORIDADE EM PLANOS DE GOVERNO E PROJETOS SOCIAIS

PÁGINA 7

NINHO VAZIO

A imagem de fotos de reuniões de famílias numerosas marcaram a memória de nossas gerações em um passado ainda nem tão distante. Mesmo com o avanço do número total da população mundial ainda com um crescimento mais reduzido, diante do contexto de menos guerras e doenças potencialmente letais comparadas ao que aconteceu no século XX, o envelhecimento rápido dessa população é um fato incontestável. É objeto de estudo de demógrafos, sociólogos, economistas e outros que projetam nessa tendência as mudanças de comportamento social e as estruturas das novas famílias.

A sustentabilidade da instituição mais antiga da humanidade — a fonte de fertilidade, proteção, nutrição e capital humano — um mundo com poucas crianças — muitas das quais não usufruem do benefício de terem irmãos e de crescerem em um lar com pai e mãe — de idosos solitários vivendo com uma parca aposentadoria e de estagnação cultural e econômica. A mulher mediana em um país desenvolvido tem hoje apenas 1,66 filhos durante toda sua vida, o que é aproximadamente 21% abaixo do nível necessário para manter a população ao longo do tempo (2,1 filhos por mulher). Consequentemente, o número de crianças com idade de 0 a 14 anos é 60,6 milhões a menos no mundo desenvolvido hoje do que era em 1965. As projeções mais recentes da ONU, apontam que nos próximos 40 anos, 53% do crescimento da população mundial virá do aumento no número de pessoas com mais de 60 anos, enquanto que apenas 7% virá de pessoas com menos de 30 anos.

O aumento da escolaridade, e a crescente urbanização sempre foram os motivos mais comumente apontados para redução das taxas de natalidade. Mesmo entre os países em desenvolvimento essa tendência de redução da natalidade se revela mais acelerada do que ocorreu em países desenvolvidos.

Mas até que ponto as mudanças de comportamento na estruturas das famílias atuais estão ligadas as questões das limitações econômicas, que frustram a constituição do tamanho da família considerada ideal na opinião desses mesmos casais e daquela realmente esperada? Como isso impacta da qualidade de vida e realização pessoal? Uma pesquisa recente realizada pela Globescan - uma consultoria de estratégia, encomendada pela The Economist revelou as diferenças entre 19 países de todos os continentes sobre essas expectativas até então negligenciadas - o número de candidatos a pais que têm menos ou mais filhos do que eles realmente desejam ou acham ideal e realmente tem e de como essa pretensão bem sucedida ou frustrada afetava suas vidas. Houve respostas surpreendentemente diferentes. A Índia, que é um país que sempre indicava estar à beira de uma catástrofe malthusiana, revelou na pesquisa limitada, nesse caso a população urbana, uma mudança mais profunda. Em média, os indianos urbanos agora acreditam que 1,9 crianças é

o ideal (ver gráfico 1). A família ideal em três maiores países da Ásia (China, Índia e Indonésia) agora é menor do que o ideal da família na Grã-Bretanha ou na América. Poucos jovens terão mais filhos do que eles querem, porque controle de natalidade seguro não estava disponível nas gerações anteriores. A pesquisa também sinaliza uma mudança global. A julgar pelos desejos coletivos de pais e futuros pais, mais sofrimento e frustração é causado por ter poucos bebês do que muitos. Dos 19 países que entrevistados, oito estão além do pretendido, ou seja, o tamanho ideal da família é menor do que o número de crianças que as pessoas esperam ter. Os Nigerianos estão entre a maior diferença: em média, eles acham que a família ideal tenha em média 5,4 filhos, mas estão com 7,7. Onze países estão abaixo do pretendido ou muito próximos. Os russos consideram 2,3 filhos como ideal; espanhóis indicam 2,4; e os gregos acreditam que 2,6 é o melhor. Em todos os três casos, os respondentes acham que vão acabar com 1,7 filhos em média. Porque a taxa de fertilidade de substituição é de cerca de 2,1, que é a diferença entre o crescimento da população saudável e o seu declínio natural. Os gregos apresentam a maior diferença entre o desejo e a realidade. A longa crise abalou profundamente a confiança no futuro com uma vida que vai ser difícil nos próximos 15 ou 20 anos. A taxa de fertilidade nos Estados Unidos, a Austrália e a maior parte da Europa caiu desde 2009. Em muitos países, a crise financeira tem sido especialmente difícil para os jovens, atrasando a independência que muitos pensam ser necessária para começar uma família.

Há consequências psicológicas tendo o número “errado” de crianças, embora nem sempre totalmente negativas. Na América 39% das pessoas acham que em se excedendo no seu número ideal de filhos continuarão satisfeitos, contra apenas 8% que se penalizarão - gráfico 2. Indianos e paquistaneses são ainda mais otimistas a respeito de ultrapassar o tamanho ideal da família, como muitos o fazem. Em todos os países ocidentais entrevistados, porém, ter menos filhos do que o pretendido foi mais frequentemente citado como sendo pior para a satisfação com a vida do que para melhor. Na América 15% daqueles que têm menos filhos do que o pretendido continuam satisfeitos com a vida, enquanto 21% disseram que esse fato a piorou. Não ter nenhum filho, em todos os casos, ainda é o sentimento que gera grande infelicidade para os que pretendem tê-los. Mesmo que nos dias de hoje a taxa dos que pretendem não ter nenhum também cresce no mundo todo.

Crianças são caras

Qual o número de crianças que se deseja na: 2016

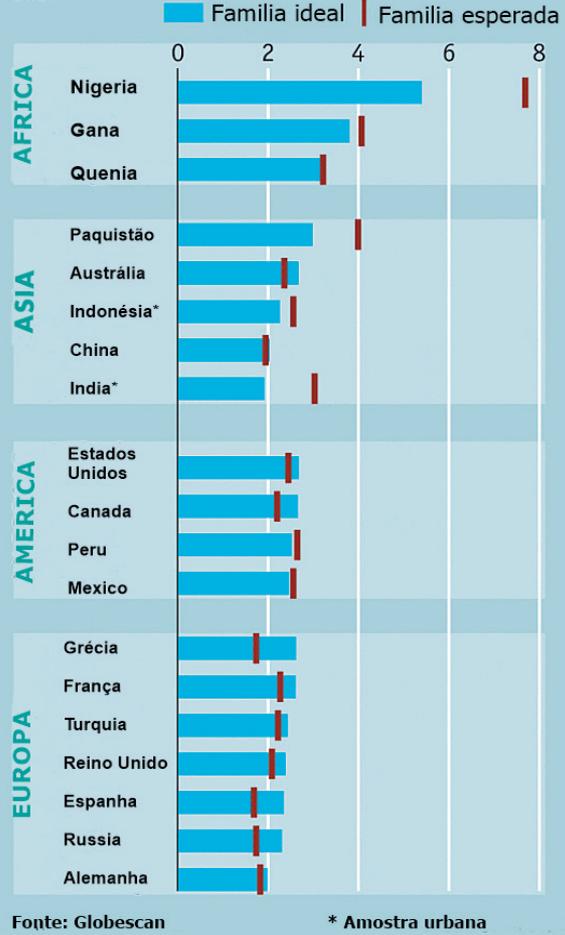


GRÁFICO 2

Quanto mais melhor

Impacto na satisfação de vida Estados Unidos, 2016 % dos respondentes

■ Aumenta a satisfação ■ Indiferente
■ Diminui a satisfação ■ Não sabe/em branco

Ter mais do que o número ideal de filhos



Ter menos do que o número ideal de filhos



Fonte: Globescan

MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA

O EXPRESSÃO UNIVERSITÁRIA HOMENAGEIA OS SERVIDORES/COLABORADORES DA FURB FALECIDOS RECENTEMENTE:

- 1 - PROFESSOR FELIX CHRISTIANO THEISS JÚNIOR (ARQUIVO)
- 2 - [RECORTE] SOLENIDADE DE ABERTURA OFICIAL DAS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DA FURB. VIEGAND EGER. LOCAL: AUDITÓRIO HEINZ GEYER - TEATRO CARLOS GOMES. DATA: 27/04/2014. FOTÓGRAFO: MARCO QUEVEDO. ACERVO: CENTRO DE MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA - CMU/ARQUIVO DA FURB.
- 3 - ATIVIDADES DE RECEPÇÃO DOS CALOUROS. DESTAQUE: PROF. SIDIRLEY DE JESUS BARRETO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. LOCAL: GINÁSIO-ESCOLA, SALA V-203 - CAMPUS I - FURB. DATA: 26/07/2014. FOTÓGRAFO: DANIEL ZIMMERMANN. ACERVO: CENTRO DE MEMÓRIA UNIVERSITÁRIA - CMU/ARQUIVO DA FURB.



PARTICIPE DO EXPRESSÃO! Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!

DIRETORIA SINSEPEs | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafrá (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (CCT), **Tesoureiro:** Nazareno Schmoeller (CCSA), **1º Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **Diretora de Cultura e Cuidados com a Saúde:** -, **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** -, **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edemar Valério Mafrá (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. **Gráfica:** Grafnorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista responsável: Marcela Cornelli - MTB 00921/SC JP

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br





INTERNAS

CINESESC APRESENTA MOSTRA DE MULHERES NO CINEMA

Em 14 de setembro começa a Mostra Mulheres no Cinema, do CineSESC, na FURB. As sessões de cinema ocorrem nas quartas-feiras, às 12h30 e 19h, no Espaço de Cinema e Vídeo, no 3º piso da Biblioteca Universitária, Campus 1. Acadêmico de graduação que participar das sessões receberá comprovação de AACCs, que contam para sua formação cultural.

São sete filmes que preenchem a programação até dia 9 de novembro. São eles:

14/09, "Brasil Orgânico", Documentário, 2013, Brasil. Direção de Kátia Klock e Lícia Brancher;

21/09 - "Girimunho", Drama, 2012, Brasil. Direção de Clarissa Campolina e Helvécio Marins Jr.;

28/09 - "Pelo Malo", Drama, 2013. Alemanha, Argentina, Peru e Venezuela. Direção de Mariana Rondon;

05/10 - "Planeta Solitário", Suspense, Thriller, 2014, Alemanha e EUA. Direção de Julia Loktev;

19/10 - "O Médico Alemão", Drama, 2014, Argentina. Direção de Lucía Puenzo;

26/10 - "Hoje", Drama, 2013, Brasil. Direção de Tata Amaral;

09/11 - "A Memória que me Contam", Drama, 2013, Brasil. Direção de Lúcia Murat.

Mais informações com a Divisão de Cultura da FURB, pelo (47) 3321-0937 / 3321-0399, cultura@furb.br e facebook.com/CulturaFURB

OFICINA "OUVINDO CORPO DANÇANTE" OCORRE EM SETEMBRO

Nos dias 16 e 17 de setembro ocorre a oficina "Ouvindo Corpo Dançante", de Consciência Corporal, com a Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Linguagem Corporal do Instituto de Pesquisa da Arte pelo Movimento – IMPAR, bailarina, professora de dança e terapeuta corporal Claudia Maiole. Será na sala GE-210, Bloco V, do Campus 1 da FURB. As oficinas são gratuitas, com 12 horas de duração (no dia 16, das 14h às 17h e das 18h às 21h, e no dia 17 das 9h às 12h e das 13h30 às 16h30) e 20 vagas cada.

Faz parte da quinta etapa de um projeto iniciado em 2015, quando a pesquisadora fez uma imersão no método Éveil du Corps, da brasileira Maristela Lemos. A realização desta etapa com oficinas "Ouvindo o Corpo Dançante" conta com o apoio cultural do Edital Elisabete Anderle. Para se inscrever, acesse goo.gl/forms/YqHVe98w7nx78NnW2. Mais informações pelo celular (TIM) e WhatsApp: 47 9119-2442, www.facebook.com/iraci.seefeldt e Skype: Iraci.Seefeldt.

EXPOSIÇÃO "CLARICE E EU" LEVA TRABALHO DE ROSINA DE FRANCESCHI PARA SALÃO ANGELIM

Até o dia 17 de setembro o público da Biblioteca Universitária da FURB poderá conferir a exposição Clarice e Eu, da artista Rosina de Franceschi. A série de pinturas (foto) foi gestada aos poucos enquanto leituras de Clarice Lispector iam invadindo os pensamentos da artista, mexendo com suas memórias, formando teias, ideias e formas.

Clarice Lispector (1920-1977), sempre fora guiada por perguntas e esta é a característica maior de suas obras. Fazendo uso de metáforas, ela escreve e questiona sobre os sentimentos, as contradições do amor e da dor, mexe com questões sociais e a invisibilidade da mulher. Igual a uma criança ela desejava ardentemente descobrir os porquês do mundo, da vida e da condição humana em geral.

Em linguagem figurativo-abstrata com técnica mista sobre lona, colorido contrastante, aparecem sutilmente formas humanas em ambientes tomados de vazios e de gente. Contraditórios como é a vida! Em meio a essas formas a artista registra difusamente frases desconexas e fragmentadas numa teia de "Clarice e Eu". Compõe a série nove obras de média e grande dimensão. A visitação pode ser feita de segunda a sexta-feira das 7h30 às 22h.



MORTE DE PROFESSOR DEIXA A COMUNIDADE DA FURB EM LUTO

Sábado, dia 27 de agosto, morreu o professor e renomado pesquisador Sidirley de Jesus Barreto, com 59 anos. Sidirley atuava na FURB, como docente titular, desde 1993. Em 2012 começou a coordenar o curso de Educação Física. Tinha destacada atuação na pesquisa da Psicomotricidade, atuando principalmente em Motricidade Humana durante o ciclo vital, Interdisciplinaridade, Recreação, Educação Inclusiva, Epistemologia da Educação Física, Ergomotricidade/Ginástica Laboral, Saúde Coletiva. Era graduado em Educação Física, Especialista em Problemas do Desempenho Escolar (IBMR/1988), Mestrado em Educação: Ensino Superior e Mestrado em Educação. cursou, também quatro semestres de Pedagogia. Na FURB já lecionou nos seguintes cursos: Turismo e Lazer, Fisioterapia, Ciências da Religião, Línguas (Alemão) e Educação Especial. Já ministrou mais de 600 cursos no país desde 1984, além da Venezuela. Foi membro eleito do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Era membro da Comissão Didático-Pedagógica do Hospital Universitário desde sua criação. Desde 2015 era Coordenador dos Programas de Extensão FURB: Esporte e Ginástica Laboral.

ESTUDANTES HOMENAGEIAM PROFESSOR EM SEMANA DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO

De 21 a 23 de setembro ocorre a 5ª SEAd - Semana de Estudos de Administração Professor Felix Theiss Júnior, no Ginásio FURB. Com o tema "O futuro chegou! E agora?", o evento começa às 19h do dia 21, quarta-feira, e vai até às 22h do dia 23, sexta-feira. A mudança do nome do evento foi para homenagear o professor da FURB, Felix Theiss Júnior, que faleceu no início da tarde do dia 20 de agosto deste ano, aos 54 anos. Félix Theiss Júnior era Mestre em Administração pela FURB, possuía pós-graduação em Finanças pela FGV (1995), graduação em Processamento de Dados pela FURB (1987). Foi professor em MBA's, em cursos de pós-graduação e de graduação, professor de Finanças da HSM Educação Executiva, consultor Financeiro Senior e Diretor da Felix Theiss & Associados S/C, empresa de consultoria nas áreas de finanças (determinação do valor da empresa ou de seus intangíveis, implementação da cultura orçamentária, implementação da metodologia do Valor Econômico Agregado) e sucessão familiar, e ex-professor de Finanças da FDC (Fundação Dom Cabral). Mais informações do evento acesse <https://www.facebook.com/events/1792402561004587/>

ELEITORADO BLUMENAUENSE REPRESENTA 67,92% DA SUA POPULAÇÃO

As eleições municipais ocorrem em 2 outubro, para o primeiro turno. A cidade de Blumenau, na Estatística Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), possui o eleitorado de 230.167 pessoas, 67,92% da população total. Deste número, 99,87% possui o cadastro com biometria.

O número é expressivo, em comparação com o número de habitantes blumenauense, estimada em 338.876 pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas eleições de 2014, Blumenau contava com 237.519 eleitores.

Em relação ao perfil do eleitorado, 52,49% dos votantes blumenauenses são mulheres. No grau de escolaridade, os maiores números são para o ensino médio completo (25,9%) e ensino fundamental incompleto (22,21%).

NOSTALGIA EM METAMORFOSE

A passagem é um labirinto nostálgico de picadas tortuosas, frio e escuro, de onde não se tem garantia de sair, ou de que exista algo além

POR ESTER GRAF

Aluna do quarto semestre do curso de Teatro da FURB < estergraf@gmail.com >

Numa madrugada em que achava que todos dormiam, ele ouviu os chamados da noite. Ficou bem quieto em seu escritório, o cigarro desprendendo sua fumaça de incenso venenoso no cinzeiro. Sentado imóvel em sua cadeira, mantinha o olhar vidrado fixo na estante abarrotada de livros no outro lado do recinto, sua cabeça imersa no redemoinho das vozes que inundavam os seus sentidos. Escutava-as com cuidado, os sussurros dessas vozes incessantes. Vozes incessantes...

De repente volta a si. Ouve o tic-tac do relógio e se percebe em seu escritório, sozinho e em silêncio. Sua solidão ricocheteia pelas paredes, enchendo a sala e esvaziando seu corpo. Tal qual um círculo de cores torna-se branco quando o olho humano sobrepõe um tom sobre o outro ao ser girado como um peão, sua mente encontra-se tão cheia que torna-se vazia, de um nada denso e pegajoso. Duas lágrimas ralas saem de seus olhos vermelhos tentando em vão aliviar as pressões internas, como

uma máquina solitaria seus vapores comprimidos. Mas de pouco adianta. A tristeza é um tumor em fase terminal alojado no coração, irradiando seus braços malignos por todo o sistema. Nada mais consegue suprimir a dor, nem o álcool, nem os livros, que por tantos anos o ajudaram a escapar da realidade palpável para as dimensões filosóficas. Ao tragar mais uma vez aquele cigarro, sentiu-se ele mesmo como sendo tragado para uma outra atmosfera. Viu-se à deriva num oceano de águas profundas e escuras. Traído pelos sentimentos, deixou-se afundar ao peso das recordações cada vez mais para o

fundo, cada vez mais para o fundo...

Estava de novo em sua sala. Que horas eram? Com a saliva empapada de nicotina, suave sal e odores por conta de todo o álcool necessário para se viciar um gigante. Apaga o cigarro no cinzeiro preto e uma gota de suor escorre de sua têmpora. Tic-tac no silêncio. Tic. Tac. Tic. Tac. Tic. Tac.

A visão de dedos tumorosos agitando-se dentro do seu crânio e refestelando-se na sua própria massa cinzenta o atinge de súbito e o faz rir cinicamente. Uma risada forte, porém silenciosa, que não o perturba com seu caráter depreciativo, mas que convulsiona seu abdômen num surto histérico até expulsar os últimos resquícios de alegria sintética. Aos poucos se acalma até sua respiração voltar ao normal e algo surge desse estado. A resignação de mais uma abstinência lhe cai como uma pancada e uma carícia. A desesperança é pesada e faz seus ombros doerem com a repentina falta de ar. Percebe-se percorrendo caminhos que lhe soam familiar, mais até do que a própria família que não se encontrava mais naquela casa há dias. Sua mulher e filhas refugiaram-se na casa ao lado, por isso não poderia se despedir. Teria pensado isso mesmo?

Ponderadas as motivações e julgadas as causas, o veredicto fora implacável. Encheu os pulmões a contragosto

e o ímpeto anuviou sua vista. Procedeu com os poucos preparativos em puros reflexos motores.

Rendeu-se às águas, parou de se debater contra as ondas e deixou-se afundar. Viu as luzes se apagarem ao seu redor aos pouquinhos. As vozes foram ficando distantes até transformarem-se num ruído de televisão antiga que, com um último espasmo muscular, fez um tuc baixinho quando alguém apertou o botão de desligar. Os vultos do passado por fim encontraram sua redenção e o silêncio cobriu com seu manto grosso e pesado o corpo adormecido pelos pesares.

Encontraram-no ao fim daquela manhã, envolto numa névoa fina e almiscarada de lenha orvalhada ao sol, as carnes de gigante pesadas e duras, estendidas igual a um tronco recém-cortado de alguma madeira nobre. Os cachos revoltosos, que cresciam sem rédeas até então, cobriam a cara roxa em florescência, e a testa grande, que outrora lhe coroara, tocava agora o chão frio, a cabeça pendida pelo pescoço suspenso.

Trataram de ocupar suas filhas com outras coisas e chamaram os legistas. Deixaram-nas brincando o dia inteiro nos vizinhos, perdidas em reinos mágicos, como se nada tivesse acontecido. Para elas era fácil recolherem-se a dimensões alheias aos adultos, inventadas por elas e preenchidas com detalhes tão intrincados que por vezes passavam dias sem sair de lá. Mas naquele dia, algo amargava a doçura de seus enredos infantis, com olhares que se desviavam com culpa quando surpreendidos, ou que se embaçavam de pena ao serem sustentados, o que as constrangia e irritava sem saberem direito o porquê.

Depois de muito esforço, deitaram-no de costas numa maca a fim de poderem manejar seu peso com mais facilidade e transportá-lo para o Instituto. Entregue agora aos rituais da ciência e da religião, parecia um pedaço de pau trazido pelas ondas do mar ressacado, recolhido com delicadeza da areia depois da tempestade. As pequenas só o veriam de novo no dia seguinte, quando seu corpo seco e gelado já estivesse todo empoado e embalado em um de seus ternos pretos que nunca usava. Acomodado em um manancial de gérberas brancas e tule rendado dentro de um grande ataúde de madeira reluzente, a princípio não o reconheceram, ou simplesmente custaram a acreditar que aquele homem de faces encovadas cuja pele descamava-se em serragem fina fosse o mesmo gigante suado cujo pescoço fazia dobras generosas quando as olhava com amor do alto de sua grande cabeça. A mais velha entendeu o que havia acontecido, e sentiu como se um buraco abrisse em seu ventre e suas pernas ficaram moles, mas não sabia muito bem o que fazer com essas sensações. A mais nova talvez fosse muito infante para entender o que estava acontecendo e gostasse de ver tantos primos reunidos com quem brincar, mas certamente percebeu a falta da presença tão forte que aquele homem emanava enquanto respirava e sentiu que algo mudara.

Os espíritos da noite viram quando a alma tropeçou e se perdeu pelo caminho. A passagem é um labirinto nostálgico de picadas tortuosas, frio e escuro, de onde não se tem garantia de sair, ou de que exista algo além. Os que ficaram velaram seu corpo e jogaram sobre seu caixão baixado na terra flores e palavras. Diz-se que alguns brindaram ao finalmente e que outros prantearam seus feitos e desfarãos. Até hoje, há os que o procuram em fotos velhas, em pertences esquecidos e em escritos perdidos. Então percebem tristes e felizes as paredes de breu do labirinto fecharem-se ao seu redor, o qual adentram cada vez mais fundo confundindo o zumbido do silêncio com o eco de um grito atormentado.

“

A tristeza é um tumor em fase terminal alojado no coração, irradiando seus braços malignos por todo o sistema. Nada mais consegue suprimir a dor, nem o álcool, nem os livros, que por tantos anos o ajudaram a escapar da realidade palpável para as dimensões filosóficas.

O PROJETO DE LEI 257/2016 E O IMPACTO PARA TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, em março deste ano, projeto de lei complementar propondo um conjunto de medidas de natureza fiscal. Vários elementos dessa proposta estabelecem e/ou alteram limites para as despesas públicas, em especial, para as despesas com pessoal nos entes da administração pública.

As medidas, de autoria dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, foram encaminhadas ao Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei Complementar nº 257, de 22 de março de 2016 (PLP 257/2016). O Projeto consiste dos seguintes componentes:

a) Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, que permite alongar o prazo de pagamento das dívidas dos estados e do Distrito Federal para com a União e reduzir o valor das parcelas, condicionadas à adoção de contrapartidas de controle dos gastos;

b) Medidas de Reforço à Responsabilidade Fiscal, que estabelece critérios para a fixação de limites para os gastos primários dos entes públicos e redutores das despesas obrigatórias no processo orçamentário, em três estágios progressivos de cortes, caso haja a possibilidade de extrapolação dos limites; e

c) Regime Especial de Contingenciamento (REC), que permite o contingenciamento de todas as despesas, com as exceções definidas em lei, caso haja baixo crescimento econômico no período.

Por fim, regras para o contingenciamento estão sendo propostas pelo governo como forma de superar os problemas identificados quanto à alegada rigidez orçamentária, pelo grande peso de despesas obrigatórias, em momentos como o atual em que as receitas caem abruptamente.

De modo geral, o objetivo declarado pelo governo é o de promover uma reestruturação fiscal duradoura e sustentável, que possibilite estabilizar o nível de renda e o emprego. Na avaliação do governo, o equilíbrio fiscal poderia dar fôlego para o governo federal ter recursos para investimentos a partir do segundo semestre deste ano e, assim, enfrentar a atual crise econômica.

O Projeto conta com o apoio de governadores e foi discutido no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o que permite prever que haverá apoio das bancadas estaduais para a aprovação. Por seu caráter de lei complementar, a aprovação do PLP exige maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado (50% mais um dos membros de cada casa) em dois turnos de discussão e votação. Portanto, a aprovação e implementação dessas propostas do governo federal dependerá dos desdobramentos políticos.

PROPOSTA CENTRAL

A proposta central permite que estados celebrem aditivos nos contratos de refinanciamento da dívida com a União prevendo o alongamento do prazo de pagamento por mais 20 anos (alívio de R\$ 25,5 bilhões em três anos, iniciando em julho de 2016).

Adicionalmente, a União fica autorizada a receber bens, direitos e participações acionárias em sociedades pertencentes aos estados para futura alienação ou privatização, destinando os valores de venda para a redução da parcela principal da prestação mensal. Vale dizer que as despesas que a União incorrerá para o saneamento financeiro, a manutenção e o processo de venda dos ativos serão descontados do valor da

dívida a ser amortizado.

Caso o estado firme o aditivo, terá que cumprir algumas exigências como contrapartidas, tanto no curto quanto no longo prazos, que afetarão os servidores públicos diretamente. No curto prazo, os estados devem adotar leis vedando, por 24 meses, a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remunerações a qualquer título, excetuando-se as sentenças judiciais e a revisão anual geral de salários prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Além disso, deve ficar proibida a nomeação de novos servidores, exceto para reposições decorrentes de aposentadoria ou falecimento exclusivamente nas áreas de educação, saúde e segurança. Entretanto, a legislação poderá autorizar a reposição de servidores em cargos de chefia e de direção em geral. A proibição de contratação se estende ao pessoal empregado em empresas estatais dependentes, autarquias e fundações estaduais. Mais ainda, deve haver um corte de 10% na despesa mensal de cargos de livre provimento e nomeação, relativamente ao gasto registrado em junho de 2014.

Outras medidas de curto prazo, não diretamente relacionadas aos servidores, limitam o crescimento das outras despesas correntes dos estados, exceto transferências a municípios e para o Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público (Pasep), à taxa de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) e proíbem novas renúncias de receita ou benefícios tributários ou financeiros.

No longo prazo, as contrapartidas ditas estruturais também requerem a publicação de leis tratando da gestão fiscal do estado. No que tange aos atuais servidores públicos, vale destacar que a legislação deverá elevar as alíquotas das contribuições previdenciárias dos servidores e patronal ao regime próprio de Previdência Social para até 14% e 28%, respectivamente.

As alíquotas atuais dos regimes próprios – geralmente fixadas em 11% e 22% – poderão ser elevadas gradualmente, em um período de três anos, e até que se atinja o equilíbrio financeiro e atuarial. Em relação aos futuros servidores, a legislação estadual deverá instituir o regime de previdência complementar previsto no artigo 40 da Constituição Federal. A esse respeito, é importante notar que a proposta inclui a contribuição patronal para o regime complementar entre os itens que não são computados na apuração do limite de despesas com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Aparentemente esse dispositivo estimulará a implementação do regime complementar,

já que os gastos dele decorrentes não afetarão o cumprimento das metas da LRF.

Outra importante contrapartida estrutural que afetará os servidores estaduais será a reforma do regime jurídico que deve limitar benefícios, progressões e vantagens aos servidores públicos da União. Além disso, as contrapartidas de longo prazo envolvem o monitoramento fiscal contínuo das contas dos governos estaduais, a adoção de critérios para avaliação pública e periódica de seus programas e projetos e a padronização das estatísticas fiscais.

Vale destacar, também, que a lei deverá garantir a contenção da despesa orçamentária não financeira, deduzida de investimentos e inversões financeiras, a 90% da Receita Corrente Líquida. Enquanto esse patamar estiver sendo ultrapassado, o crescimento de tais despesas não poderá exceder a 80% do aumento nominal da receita corrente líquida do ano anterior. Esse mecanismo tenderá a limitar a expansão do gasto primário dos estados.

As leis que materializarão as contrapartidas deverão ser aprovadas num prazo máximo de seis meses a partir da assinatura do termo aditivo alongando o prazo das dívidas. O não cumprimento dessa obrigação resultará na revogação do termo aditivo.

Fonte: Dieese



Dívida da Administração Direta dos Estados junto ao Tesouro Nacional¹

Posição	Estado	R\$
1	São Paulo	220.979.364.185,78
2	Minas Gerais	79.331.126.704,13
3	Rio de Janeiro	56.066.899.282,66
4	Rio Grande do Sul	52.209.195.004,41
5	Paraná	10.126.134.739,75
6	Goiás	9.349.479.226,95
7	Santa Catarina	9.000.301.276,91
8	Alagoas	7.992.350.820,39
9	Mato Grosso do Sul	6.048.180.109,42
10	Bahia	4.834.167.818,18
11	Pernambuco	3.138.803.880,93
12	Mato Grosso	2.388.120.912,15

REPRESENTATIVIDADE PLENA PARA RADICALIZAR NA DEMOCRACIA



FOTO: MARCELA CORNELI

Em meio às olimpíadas e ao processo de impedimento da primeira presidenta da República, a campanha eleitoral para prefeituras e câmaras municipais entra em curso no Brasil. As candidaturas foram registradas no dia 15 de agosto e postulantes a uma cadeira no executivo e no legislativo das cidades já estão em plena campanha com o desafio de recuperar a confiança dxs brasileiroxs em um momento de descrença nas estruturas democráticas e de aversão à política institucional.

Neste ano, mudanças na legislação eleitoral impuseram novas regras e diminuíram o tempo de campanha, antes de 90 dias, para 45. Também não será possível o financiamento empresarial, conforme

determinou a minirreforma política que tratou pela metade a construção de um novo marco político que apostasse na maior participação da sociedade. Neste quesito, ficaram de fora o financiamento público de campanha e o voto em lista alternada por partidos, medidas essenciais para ampliar a paridade de gênero que, por fatores sociais, culturais e econômicos encontra dificuldades de se consolidar diante da disputa eleitoral.

Considerando a participação política das mulheres – somos quase 52% da população brasileira –, é possível afirmar que, tanto no Brasil como em Santa Catarina, ainda estamos aquém do necessário para atingir a representatividade plena e radicalizar na democracia. O quadro nacional é dramático. O Brasil ainda apresenta um número muito pequeno de participação política das

mulheres, considerando que, somos apenas 10% de representantes no Congresso Nacional. Segundo dados da ONU, a participação política das mulheres em parlamentos na América Latina é de cerca de 25%, o que coloca o Brasil abaixo da média do continente. Já Santa Catarina aparece como um dos piores estados do Brasil, na Assembleia Legislativa por exemplo, dos 40 deputados eleitos em 2014, somente 4 são mulheres. Na capital Florianópolis, apenas 6 mulheres foram eleitas vereadoras ao longo da história e, desde 2004, nenhuma mulher é eleita para o legislativo municipal.

Em 2012, Santa Catarina contou com 5.015 candidatas a vereadoras nos 295 municípios e somente 387 delas alcançaram sucesso eleitoral. Em contrapartida, 2.479 homens foram eleitos para cargos de vereança em todo o estado. Hoje, Santa Catarina conta com apenas 22 prefeitas e 26 vice-prefeitas. Para 2016, dados do TRE/SC demonstram que o quadro segue o mesmo quando o assunto é o encorajamento de mulheres na disputa por cargos eletivos. Em 2012, foram registradas 62 candidaturas femininas a prefeita. Já em 2016, até o momento, verifica-se 61 candidatas a prefeituras e 5.014 ao legislativo. Uma análise rápida nos mostra que a política em Santa Catarina é exercida por apenas algumas centenas de mulheres, enquanto os homens participam em milhares.

Diante desse cenário em que a mulher não é parte dos espaços de decisão da vida em sociedade, pautar a política pública de equidade de gênero se torna ainda mais difícil. Neste quesito, é essencial que as candidaturas tenham compromisso em promover as políticas públicas gerais em transversalidade com a condição das mulheres e suas especificidades. Temas como mobilidade urbana, cuidado com as crianças, trabalho e renda, educação e participação política devem ser centrais para as plataformas eleitorais comprometidas com o avanço das questões de gênero. É essencial também que as políticas públicas para as mulheres sejam inclusivas e estabeleçam conexões com as demandas específicas da comunidade LBT, da juventude e das mulheres negras.

O Portal Catarinas está trabalhando nos dados relativos à atuação das mulheres nos espaços de poder em Santa Catarina e produzirá conteúdo jornalístico sobre o processo eleitoral. Vamos pautar a necessidade de políticas públicas de equidade e apoiar campanhas por mais mulheres nas câmaras e prefeituras que abracem as demandas apresentadas pelos movimentos de mulheres e feminista.

Precisamos observar o desenvolvimento das candidaturas, seu histórico na defesa das políticas públicas de equidade e as contradições presentes nos discursos e nas práticas. O voto é uma das formas de participarmos da política, mas não se exerce cidadania apenas quando digitamos números nas urnas eletrônicas. A participação passa pela atuação no processo eleitoral, comprometendo as candidaturas com a consequência de suas plataformas caso sejam eleitas. Radicalizar na democracia requer coragem. Todxs são responsáveis por essa construção.

Portal Catarinas - primeiro portal de notícias online lançado no Brasil com uma linha editorial baseada num enfoque feminista da realidade social. Catarinas.info

“

Considerando a participação política das mulheres – somos quase 52% da população brasileira –, é possível afirmar que, tanto no Brasil como em Santa Catarina, ainda estamos aquém do necessário para atingir a representatividade plena e radicalizar na democracia. O quadro nacional é dramático.

PEDALAR COMO PRÁTICA ESTÉTICA E PEDAGÓGICA

Bicicleta sozinha não roda. Pessoa sozinha não pedala. É na conexão que o afloramento ocorre. O corpo da cidade. O corpo pedalante. Encontros ativando afetos.

POR SHEILA HEMPKEMEYER

Psicóloga graduada pela FURB e mestre em Educação pela UFSC < she.hempke@gmail.com >

Teci uma pesquisa em educação sobre uma prática cultural específica: pedalar! Educar é movimento, assim como pedalar, que, como todo verbo, é ação, sugerindo deslocamento, impulso. Desvendando outros modos de compreendê-lo revelou-se que é também uma prática Estética (que produz subjetividades, arquiteturas e paisagens) e Pedagógica (que opera na construção de determinados sujeitos, cidades e modos de viver). Um ato que provoca mudanças nas pessoas e ao mesmo tempo que mudam seu olhar, transformam seu entorno, permitindo deslocamentos mais sensíveis, lentos e intensos.

Bicicleta, palavra híbrida formada por línguas diferentes: bi (latim), cicle (grego). Substantivo feminino, que ultrapassa qualquer significado etimológico conhecido. Não é só um objeto aerodinâmico de propulsão humana. É também corpo, carregado de vida, histórias e emoção. E como qualquer corpo apresenta infinitas possibilidades de ser e existir, principalmente em relação com outros corpos. Provoca aberturas e potencializa sentidos. Com as sensações aguçadas nos aproximamos de ambientes e de nós mesmos. Pedalar na urbe é provar sua doçura, lamber do mel que se esconde no mundo citadino. O giro dos pedais movimenta imagens e o próprio imaginário da cidade. Nesta perspectiva a bicicleta inspira na estadia e a experiência urbana. Transforma passagem em hospedagem, convida a habitar a cidade, respirá-la, tocar sua membrana.

Ao nos tornar passantes descuidados uns dos outros e de nós mesmos, compartilhando de uma apatia social, nos esquecemos que histórias se fazem de prolongamentos e experiências e não só de passagens. Perdemos a beleza do caminho e a possibilidade de apalpar e construir rotas afetivas no trajeto justamente por ocorrências efêmeras, pela fragmentação superficial de nossas vivências. Foi caminhando que descobrimos horizontes, que iniciamos nossa leitura do mundo. Um pé na frente do outro. A invenção da roda e posteriormente da bicicleta fez com que estas descobertas fossem mais aceleradas, mas não menos intensas. A bicicleta é devagar o suficiente para ativar sentidos e rápida o bastante para engrandecer estadias.

A cultura da bicicleta ganha cada vez mais adeptos e adeptas no mundo, seja para competir, para se aventurar, se locomover, passear, criar, fantasiar, divertir, viver. A bicicultura não é só um contraponto, mas um viés autônomo que se fortalece no caos que compartilhamos nas grandes (e até pequenas) cidades. Frente a previsões de colapso planetário não é a solução, mesmo porque está inserida neste mesmo sistema/modelo em crise que partilhamos. Mas trazendo para discussão e fortalecendo outras frentes ativistas, dialogando com diversas temáticas transversais, mostra-se como uma possibilidade de reinventar a vida e nossas relações, não só nos deslocamentos.

Há inventividades brotando e rastejando em vários lugares e tempos. Há produções estéticas e criativas se proliferando na cidade e em diversos setores da vida, extrapolando inclusive os limites da subjetividade. Recriando urbanidades, vivências e experiências afetivas que possam sensualizar a cidade e nossas vidas. Refazendo o uso dos espaços e ambientes, rearranjando existências e modos de viver.

Bicicletas e pessoas, entrelaçadas, enredadas, tornam-se seres pedalantes, em constante devir. Bicicleta sozinha não roda. Pessoa sozinha não pedala. É na conexão que o afloramento ocorre. O corpo da cidade. O corpo pedalante. Encontros ativando afetos. Corpos que se fundem, que se unem, interagem, dialogam, (re)criam, (re)existem (re)inventam, que vibram. Seres pedalantes. Vidas, que não se restringem a um único significado. São múltiplas, diversas, plurais, incompletas. Estão sendo, se construindo, se descobrindo, se constituindo. Podem ser urbanos, aventureiros e aventureiras. Podem estar separados(as) fisicamente, mas continuam conectados(as). Falam na ausência de um pedal. Pedalam na ausência da fala. Pedalam em busca de respostas. Pedalam quando as encontram. Pedalam para celebrar. Pedalam para protestar. Para aliviar dores. Para elaborar perdas e amores. Pedalam simbolicamente. Pedalam. Com toda energia, com toda euforia. Uma relação de confiança onde independe a chegada, importante é a beleza e as sensações emergentes no caminho. Caçadores de paisagens sensíveis, recortes de cidades invisíveis. Capturas latentes e onipresentes. Rearranjos humanos, pedálísticos e urbanos, desenhando rotas afetivas com o entorno, produzindo outros contornos e sentidos na relação dos corpos.

Através da bicicleta um *insigth*, propiciando diálogos, questionamentos, reflexões com e sobre a cidade, o ambiente e o estar nestes espaços. Gerando distintas formas de perceber o cotidiano, despertando múltiplos ativismos, produzindo subjetividades. Comparti-

lhamos a necessidade de reinventar a vida nas cidades. Ao pausar inicia-se um processo de reflexão sobre si mesmo(a), sobre o ambiente e práticas cotidianas. Os caminhos prontos aos poucos se transformam em trajetórias afetivas, em constantes mudanças. É nas tréguas que percebemos nossa analgesia com o entorno, enxergando a beleza existente no caminho. A bicicleta oportuniza a reinvenção dos lugares e seus acessos, reivindicando espaços de convivência e



contemplação, vazios em preenchimento. Ela é o prazer que transita por entre as pernas e invade o ser, tendo a possibilidade de ampliar, conforme a velocidade da sua curiosidade, com seu corpo, a presença e a experiência humana no mundo.

É ferramenta emancipadora, que na união dos corpos, suscita mudança nas cidades. Seres pedalantes provocando fissuras e mutações urbanas, transformando lugares e cenários. É subversão ao atual sistema carrocrático, proporcionando mudanças dos modos de vida (consumo, alimentação, deslocamentos, moradia, investimentos, trocas cotidianas). Bicicleta e seus múltiplos significados. Pessoas e suas múltiplas relações. Tecendo múltiplas potencialidades para pensar formas de aprender, de pedalar, de existir, de ser pedalante.



SIM, EU POSSO

POR JULIANA ADRIANO

Graduada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia Política pela UFSC < jua.sociologia@gmail.com >

Imagine que você está só em uma parada de ônibus e quer ir pra casa, seus olhos estão fechados, você não consegue enxergar. É essa a sensação que muitos analfabetos relatam: dizem que não saber ler e escrever é como ser cego. Infelizmente o índice de analfabetismo no Brasil ainda é vergonhoso. E analfabeto tem cor, raça e território. Os nordestinos sentem isso na pele. O Movimento Sem Terra (MST), em parceria com o governo do Estado do Maranhão, realiza a Jornada de Alfabetização “Sim, Eu Posso” - Círculos de Cultura. Esse processo solidário ocorre em oito municípios, com meta de 702 turmas e 14.040 educandos e educandas. Ele, por meio da alfabetização inicial de jovens e adultos, é parte da busca por melhorar a vida desses maranhenses. A Jornada de Alfabetização traz em si a educação popular, trabalha em conjunto com as pessoas desde o seu contexto, busca desenhar e ler as letras, mas também ler o mundo, cantar e contar a memória, re-escrever a história. Principia a alfabetização com o método cubano “Sim, Eu Posso”, que é simples. Em 65 videoaulas os educandos conseguem escrever uma pequena carta. Os educandos aprendem rápido, e o clima de felicidade vai tomando conta das turmas. Este é um ano diferente em São Raimundo do Doça Bezerra, um dos municípios onde ocorre a Jornada. Arte, cultura e educação se misturam. Onde antes quatro em



FOTOS: JULIANA ADRIANO



LER E ESCREVER

Coordenadora do "Sim, Eu Posso" em São Raimundo do Doca Bezerra/MA

cada dez moradores não sabiam ler e escrever, agora muitos realizam o sonho de aprender.

Quando a música principia, o silêncio é profundo, a curiosidade é tomada pela emoção ao ouvir que "o novo amanhece". Quando criança, não foram a escola. Não culpam os pais, tem orgulho deles, mas sentem vergonha de si, da situação. Então ouvem que tem direito as letras. Cada um olha pro lado e vê no semblante dos seus o sentimento de que é capaz. Saber que vai aprender a ler e a escrever enche o peito de esperança.

Durante as aulas, a TV exibe a "novela" do Sim, Eu Posso. A cada dia uma nova letra é aprendida e associada a um número, assim, em um mês e meio todas as letras do alfabeto são aprendidas, e a curiosidade por conseguir escrever sua primeira carta aumenta.

Em São Raimundo, a surpresa e a alegria está sendo gigante, com dois meses de andamento da Jornada, alguns educandos já estão conseguindo escrever sua carta. "Sem saber ler e escrever dependemos muito dos outros", dizem os educandos. Aprender a ler e a escrever enche o peito de dignidade. E seguem: "O Sim, Eu Posso é muito importante para nós [...] Nós gostaríamos muito que continuasse o Sim, Eu Posso no próximo ano, pois queremos aprender muito mais".



DIVERSIDADE RELIGIOSA, LAICIDADE E EDUCAÇÃO

Cabe ao Estado laico favorecer e garantir o desenvolvimento autônomo dos indivíduos, livres de qualquer imposição, cerceamento, perseguição, intolerância e preconceito. Assim, o papel da escola pública consiste em fomentar o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes

POR ELCIO CECCHETTI

Doutor em Educação pela UFSC. Técnico da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento (GPEAD/FURB). < elcio.educ@hotmail.com >

Em sociedades cada vez mais diversificadas, o respeito à diversidade religiosa e à proteção da liberdade de consciência dos cidadãos constitui grande desafio à laicidade. Em razão da coexistência de diferentes crenças religiosas e filosofias de vida, e das consequentes tensões e conflitos decorrentes, a laicidade tem sido advogada como um princípio fundamental para todo regime político que pretenda ser democrático. Mas, o que é laicidade?

De maneira sintética, podemos afirmar que laicidade é um princípio político-jurídico que institui um distanciamento entre o Estado e as religiões, filosofias ou ideologias seculares, com o fim de assegurar, por parte do primeiro, um tratamento igualitário dos cidadãos, sejam eles crentes ou não crentes, por meio de um regime de organização governamental pautado na liberdade de consciência, religião ou qualquer convicção.

Em um Estado laico, o poder político atua com relativa autonomia para elaborar normas coletivas de interesse geral, sem que determinado credo ou ideologia particular exerça domínio direto sobre as instituições públicas. Isso garante que crentes, ateus e agnósticos gozem da mesma liberdade e usufruam de iguais direitos, porque cabe à esfera estatal proteger os cidadãos de toda ameaça de imposição de um determinado credo ou ideologia particular.

A laicidade busca instituir um Estado de “todos”, propondo que a esfera estatal atue com imparcialidade frente à diversidade religiosa e às distintas ideias filosóficas que se apresentam como sua equivalente secular. Isso é um ponto muito importante, dada à tendência existente em alguns contextos de compreender a laicidade como um regime que substitui a religião sob a forma de uma “filosofia moral laicista” ou de uma “religião civil”.

Mas para ser de “todos”, o Estado laico necessita assumir princípios públicos comuns, tais como o respeito aos direitos individuais e coletivos, o acolhimento da diversidade, a promoção da dignidade humana e da convivência social. Como bem afirma o filósofo canadense Charles Taylor, estes “valores” são legítimos ainda que não sejam neutros, porque possibilitam que pessoas diferentes vivam juntas de forma pacífica. Isso permite que os indivíduos construam, segundo sua livre consciência, seus projetos de vida, desde que respeitem o direito dos demais fazerem o mesmo. Por isso, pessoas de diferentes convicções religiosas ou seculares podem compartilhar e assumirem juntas estes valores, que são basilares para a ordem democrática.

A laicidade, portanto, se assenta no ideal de igualdade de tratamento e na liberdade de consciência das pessoas, o que necessariamente implica que o Estado esteja separado das igrejas e aja com imparcialidade na gestão das políticas públicas. Sua função visa encontrar um equilíbrio ótimo entre o respeito à diversidade religiosa e não-religiosa, e o tratamento igualitário de todos os cidadãos.

Neste sentido, cabe ao Estado laico favorecer e garantir o desenvolvimento autônomo dos indivíduos, livres de qualquer imposição, cerceamento, perseguição, intolerância e

preconceito. Assim, o papel da escola pública, por exemplo, consiste em fomentar o desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes, apresentando distintas visões de mundo e de modos de vida, mesmo que isso desaponte familiares ou determinados grupos que desejam transmitir crenças ou convicções particulares sobre os demais.

Isso é muito comum nos dias atuais, pois determinadas famílias solicitam às instituições escolares que seus filhos não assistam determinadas aulas, para que as crenças familiares não sejam expostas a conteúdos que as contradigam ou relativizem. Estes pedidos de isenções põem em perigo a realização de uma das finalidades mais importantes da escola pública: a aprendizagem da tolerância e da convivência entre os diferentes. Dada a necessidade de os estudantes interagirem e aprenderem a conviver com distintos perfis identitários, esta aprendizagem ficaria prejudicada se houvesse a liberação em função das crenças religiosas ou seculares de seus familiares.

Diante da crescente onda de incompreensão e desconfiança que marcam as relações entre pessoas com convicções ou credos distintos, assim como, da persistência das práticas de intolerância e discriminação contra certos grupos religiosos e seculares, as pessoas necessitam ser edu-

cadadas a se relacionarem com os diferentes, e a escola se constitui em um lugar privilegiado para isso. Em outras palavras, a escola laica assume uma importância capital na promoção de sociabilidades que aprendam, acolham, colaborem e respeitem as diferenças. Daí decorre sua função formativa de contribuir na construção de uma cidadania que habilite as pessoas a conviverem com convicções de mundo distintas e a adotarem como legítimos alguns princípios básicos para vida coletiva.

Os princípios de convivialidade não são instituídos por decretos, mas fomentados por instituições, como as escolas e as universidades. Na medida em que os cidadãos passam a promovê-los em sua vida privada e pública, a sociedade ganha em estabilidade e coesão social, mediante a institucionalização de regras coletivas de tratamento empático e respeito às pessoas e grupos distintos.

Não há dúvida que fomentar regimes de laicidade que assegurem a liberdade de consciência dos indivíduos, bem como, fomentem a aprendizagem da convivência, da compreensão e do

respeito mútuo, constitui um dos caminhos seguros para estabelecer um equilíbrio satisfatório entre os direitos e liberdades individuais e os imperativos da vida em sociedade. Isso contribui para a formação de um espaço comum acima das diferenças para, justamente, tornar possível a convivência social, onde o direito à diferença não se confunde com a diferença de direitos.

O Estado laico é, então, de acordo com o sociológico mexicano Roberto Blancarte, um instrumento jurídico-político a serviço das liberdades em uma sociedade que se reconhece como plural e diversa. Um Estado que, por si mesmo, já não responde, nem está a serviço de uma doutrina religiosa ou filosófica em particular, senão ao interesse de todos, manifestado na vontade popular e no respeito aos direitos humanos.

“

Não há dúvida que fomentar regimes de laicidade que assegurem a liberdade de consciência dos indivíduos, bem como, fomentem a aprendizagem da convivência, da compreensão e do respeito mútuo, constitui um dos caminhos seguros para estabelecer um equilíbrio satisfatório entre os direitos e liberdades individuais e os imperativos da vida em sociedade.

IMPEACHMENT: A MÍDIA E A FARSA

O fio da meada que resulta na deposição de Dilma Rousseff tem uma longa história. Remonta às vésperas do segundo turno, em outubro de 2014

POR SYLVIA DEBOSSAN MORETZSOHN

Professora de jornalismo da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do objETHOS

Golpe é uma palavra enganadora. Sugere alguma coisa imprevista, que acontece de repente. Mas não é assim: golpes de Estado são tramados lentamente, até que se consumam, seja em sua forma tradicional, com tanques na rua – e aí surgem como algo explosivo e súbito –, seja pela novidade recente que busca um verniz de legalidade para disfarçar a violência. Em qualquer caso, a imprensa – ou o que se convencionou chamar de “mídia”, considerando a generalidade dos meios de comunicação – tem papel fundamental na formação de uma opinião pública favorável a esse ato de força.

O fio da meada que resulta na deposição de Dilma Rousseff tem uma longa história. Remonta às vésperas do segundo turno, em outubro de 2014, quando o colunista político Merval Pereira, de O Globo, na esteira da famosa edição da Veja que estampou na capa uma suposta delação do doleiro Alberto Youssef, escreveu que o impeachment seria inevitável caso Dilma fosse reeleita. Muito já se escreveu, ao longo desse ano e meio, sobre a contribuição do noticiário político para o desgaste do governo. Mas, a rigor, o processo que conduziu a esse desfecho é mais antigo: vem desde o Mensalão, quando se começou a articular a dupla estratégia de atribuir ao PT a responsabilidade exclusiva pela corrupção no país e de promover juizes a salvadores da pátria, blindando-os contra críticas a exageros, abusos e arbitrariedades.

A imagem de Joaquim Barbosa com sua toga negra esvoaçante como a capa de um super-herói foi substituída pela do juiz da Operação Lava Jato, sempre de queixo empinado, olhar duro e fixo no horizonte. Rapidamente, Sérgio Moro se tornou ídolo da classe média que batia panelas e saía às ruas com as camisas da CBF. Foi ele que, em março, desferiu o golpe fatal contra o governo: primeiro, ao determinar a condução coercitiva de Lula para depoimento e, em seguida, ao retirar o sigilo sobre o grampo a telefonemas do ex-presidente, que incluíam uma conversa com Dilma, interpretada como tentativa de obstrução da justiça. Foi uma atitude ilegal, condenada por um ministro do STF, mas que não gerou consequências para o juiz e, pelo contrário, produziu o clima necessário à abertura do processo de impeachment. Mas isso só ocorreu porque a GloboNews, e depois a mídia de modo geral, divulgou automaticamente as gravações, em vez de questionar a legalidade do ato.

CONFUSÕES E COINCIDÊNCIAS

Constitucionalmente, a caracterização dos crimes que podem levar a um impeachment é muito precisa. Mas a cobertura da imprensa misturou as coisas, como se os casos de corrupção investigados pela Lava Jato tivessem alguma coisa a ver com as hipóteses legais para o afastamento da presidente. A propósito, o portal GGN publicou um levantamento em junho mostrando esses vínculos, tomando as primeiras páginas da Folha de S.Paulo ao longo do ano. Incluíam-se aí também matérias que visavam o ex-presidente Lula – em especial a obsessão com o sítio de Atibaia e o triplex do Guarujá, uma espécie de eterno retorno sempre à disposição para alimentar o noticiário.

A história do triplex, por sinal, voltou à cena na reta final do impeachment, com a notícia do indiciamento de Lula, sua mulher e outros aliados. Janio de Freitas, em sua coluna na Folha de S.Paulo, notou a sincronia: “mais uma vez”, escreveu, “a Lava Jato cria uma pretensa evidência, na linha do escandaloso, que atinja Dilma Rousseff ainda que indiretamente”.

O jornalista, porém, estranhou o pedido de prazo de 90 dias para denunciar os indiciados. “Três meses? Um inquérito com as peças que justifiquem o indiciamento não precisa de tanto prazo para a denúncia”. Deduziu o óbvio: “o indiciamento foi precipitado, com o mesmo propósito político dos anteriores atos gritantes, e os longos três meses são para tentar obter o que até agora não foi encontrado”. O efeito pretendido, entretanto, foi plenamente alcançado: a história ganhou as manchetes do Globo e do Estado de S.Paulo em 27/8 e teve a previsível repercussão na TV.

A FARSA

Se havia alguma dúvida sobre a natureza do processo que impôs a derrubada de Dilma a meio caminho de seu mandato, o senador Álvaro Dias (PV-PR) fez o favor de desfazê-la. “Pra ser sincero, isso é uma encenação, o cumprimento de uma formalidade”, disse ele à TV Senado. Os votos não iriam mudar com a inquirição das testemunhas porque “aqui já há uma consolidação das convicções”, que, aliás, não vêm de hoje: foram “arraigadas durante os debates que nós travamos aqui desde outubro. Este é um tribunal político, já há convicção em relação aos crimes praticados ou não pela presidente”.

Não poderia ser mais claro: como na fábula do lobo e do cordeiro, os crimes foram praticados... ou não, mas isso pouco importa. Tampouco importa a exigência constitucional da comprovação de crime de responsabilidade para o veredicto. Trata-se de uma encenação, ou,

mais objetivamente, uma farsa, como já haviam afirmado, reiteradamente, alguns raros colunistas que fazem o jornalismo sobreviver em meio a essa engrenagem maciçamente empenhada em derrubar o governo.

Quem assistiu aos depoimentos de testemunhas e informantes nas sessões do Senado, ou mesmo quem viu a repercussão desses depoimentos nas redes sociais, pôde verificar alguns detalhes importantes. Por exemplo, a explanação do advogado e professor da UERJ Ricardo Lodi a respeito da dupla característica, jurídica e política, do processo de impeachment:

“Primeiro nós temos de verificar a existência de crime. E se o juiz não tem convicção sobre a existência do crime o resultado é a absolvição, num Estado de direito. Os aspectos políticos, os juízos de conveniência e oportunidade, dizem respeito à aplicação da pena de impeachment, que é muito grave para o país. Pode ser que um determinado presidente cometa uma violação da lei orçamentária e o congresso nacional entenda que será um prejuízo para o país o seu afastamento. O juízo político que se faz é este. Não se pode, a partir de um juízo político, condenar em caso de dúvida, condenar quando não ficou cabalmente demonstrada a materialidade, a tipicidade, a culpabilidade.”

Outro exemplo: os depoimentos do ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa e do economista Luiz Gonzaga Belluzzo inocentando a presidente da acusação das “pedaladas fiscais” e evidenciando – a quem tivesse capacidade de perceber isso – que o centro da discussão, em qualquer época, deveria ser a finalidade dos gastos públicos, ou seja, o papel do Estado na sociedade.

Finalmente, uma confissão que causou escândalo: a de uma testemunha da acusação, o auditor de fiscalização do Tribunal de Contas da União Antônio Carlos Costa D’Ávila, de que havia colaborado com o procurador Júlio Marcelo de Oliveira na redação da representação contra o governo, que ele mesmo, como auditor, julgaria. Ouvido como testemunha da defesa, o jurista Geraldo Prado utilizou uma analogia como exemplo e afirmou: “Ninguém pode ser, formal ou informalmente, simultaneamente perito, acusador e juiz no processo. Um ato com essas características não é válido e tudo aquilo que decorre dele é atingido pela mesma nulidade”.

Seria, portanto, o caso de pedir a anulação do processo de impeachment. Mas, como tudo é apenas uma encenação, qualquer argumento é inútil.

A TRADIÇÃO GOLPISTA

Nas últimas três décadas, desde que começou o processo que aprovaria a atual Constituição do país, alimentamos a esperança de, finalmente, iniciar uma trajetória que pudesse estabelecer, consolidar e ampliar conquistas democráticas. Mas, já na primeira eleição direta para presidente após a longa ditadura, ficou evidente a necessidade de se quebrar o oligopólio da mídia. Em todos esses anos, praticamente nada se fez nesse sentido. A omissão jamais é inconsequente: sempre cobra seu preço.

Gostamos de enaltecer o jornalismo pensando no que ele de fato é, quando exercido eticamente: como um instrumento do esclarecimento dos cidadãos, como um dos pilares da democracia. Então acabamos nos esquecendo de que nossa imprensa tem uma tradição golpista. Foi assim com Vargas, foi assim em 1964. Não surpreende que seja assim novamente agora, ainda mais num cenário de radical concentração dos principais meios. Publicações e ações à contracorrente existem, mas são incapazes de contrastar esse poder, mesmo na internet, onde a tendência à formação de bolhas reduz a possibilidade de disseminação da crítica.

Em compensação, há a repercussão na imprensa estrangeira, desde o espetáculo grotesco da sessão da Câmara que aprovou a abertura do processo, em 17 de abril. Jornais, sites e redes de TV, alguns entre os mais importantes do mundo, passaram a noticiar, inclusive com ironia, o disparate da situação: uma presidente íntegra submetida a julgamento por uma maioria de parlamentares acusados de corrupção e outros crimes.

Há também outro aspecto, especialmente significativo para os que sublinham a relevância do “julgamento da História”: o brutal retrocesso que vem sendo promovido desde que o presidente interino assumiu provavelmente estaria ocorrendo desde o início do governo, caso a oposição tivesse vencido as eleições. Não teria sido anunciado em campanha, pois um programa desses jamais obteria apoio popular, mas seria aplicado na prática. E seria perfeitamente legal. É o que está acontecendo na Argentina. No Brasil, esse retrocesso terá a marca do golpe.

Artigo publicado originalmente no portal do objETHOS

PARA ALÉM DE “RAÍZES DO BRASIL” OU SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E A FORÇA DE SUA HERANÇA (I) MATERIAL

Os resultados do estudo pioneiro sobre a trajetória intelectual do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), um dos mais importantes estudiosos da história da civilização brasileira.

POR ANDRÉ FURTADO

Graduado em História pela FURB (2010), mestre e doutorando pelo PPGH-UFF. Venceu o concurso do Premio Internacional de Historia Intelectual en América Latina (2016), concedido pela Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos – AHILA, bem como o edital Biblioteca da Eduff, que transformou sua dissertação no livro ora publicado <afurtado@id.uff.br >

Há 80 anos era publicado *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), livro mutante e seminal que fez e faz história devido à posição de referência pouco a pouco assumida por seu autor, sobretudo a partir de meados do século XX. Nesse período, o intelectual paulista pôde adentrar de forma decisiva no campo acadêmico do país, integrou importantes projetos editoriais e passou a ser reconhecido de maneira incontestada por seus pares no domínio do ofício historiográfico, dentro e fora do território nacional.

De 1936 para cá, só o que não mudou muito foi a ênfase dos estudos universitários, detidos sobre partes da vida e obra buarqueanas para estabelecerem relações – efetivas ou inexatas – deste texto com os vários momentos da sua trajetória. Quase todos, porém, à revelia das instabilidades dessa palavra impressa (recentemente contemplada com uma edição crítica), aos diversos ambientes de suas emergências na cena pública e longe de perceberem que nada mais faziam a não ser redundar na busca ao ídolo das origens, como bem diria Marc Bloch.

Ciente deste problema, orientado pela professora Giselle Martins Venancio e com as arguições das também historiadoras Angela de Castro Gomes e Eliana de Freitas Dutra, defendi em 2014 minha dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Ali, apresentei a pesquisa sobre o instante em que o itinerário de Sérgio Buarque dos anos 1950, então historiógrafo do Museu Paulista, cruzou o caminho de Paul Jean Monteil, à época editor da *Difusão Europeia do Livro* (Difel).

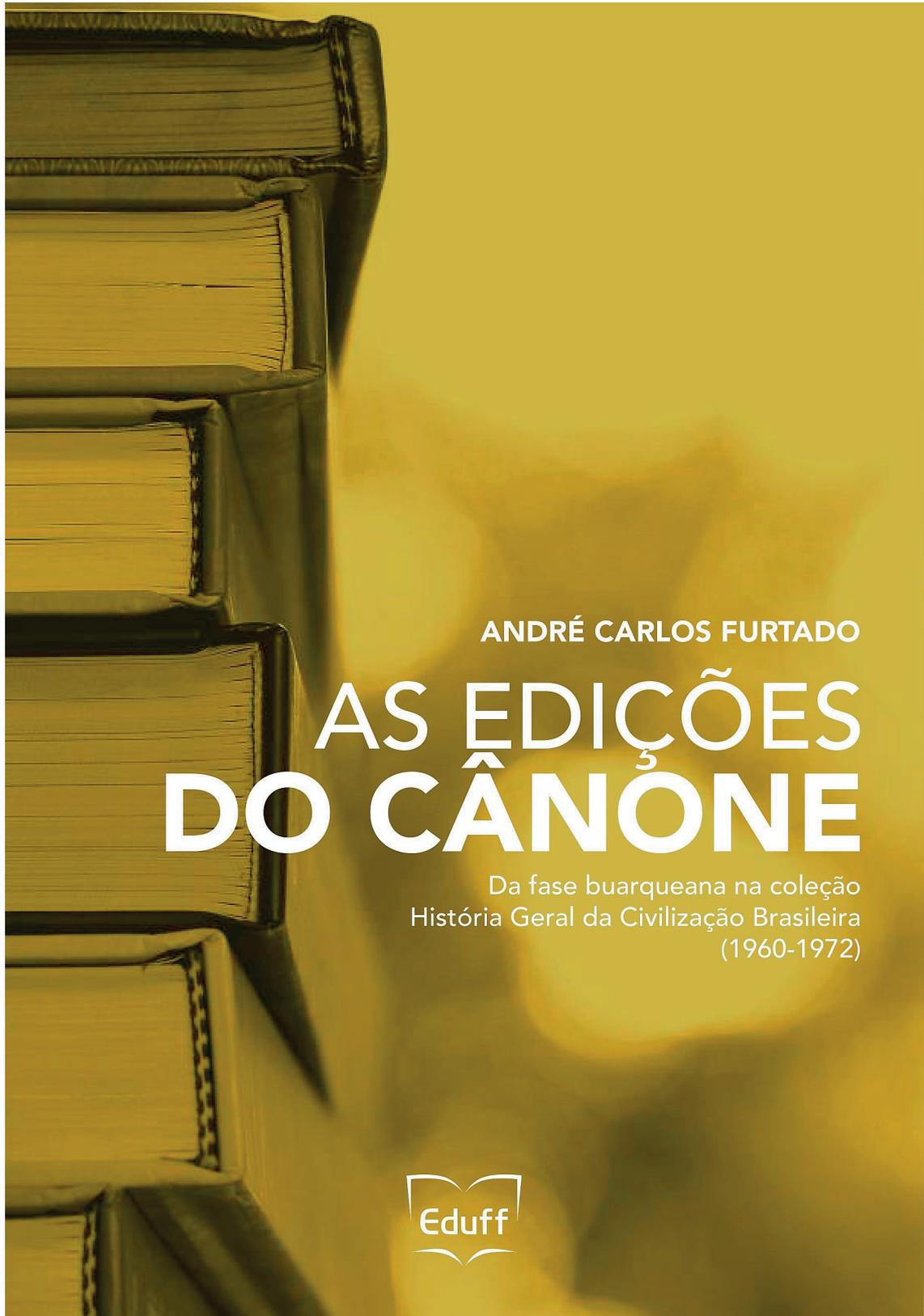
O contato com esta casa lhe permitiu receber o convite para dirigir a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), publicada de 1960 a 1984, mas na qual permaneceu até 1972, quando saiu a obra *Do Império à República*, toda de sua autoria. Este último livro, de número sete, ao encerrar os volumes relativos ao Brasil colonial e monárquico abria espaço para o surgimento dos quatro finais sobre a era republicana, que ficou a cargo de Boris Fausto, jovem doutor em História, na ocasião, pela Universidade de São Paulo (USP).

À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) desta instituição de ensino superior, aliás, tinha rumado Buarque de Holanda, onde se tornou professor catedrático, em 1958, com a defesa da tese *Visão do paraíso* submetida a concurso. Tamanho peso e convergência de fatores letrado-institucionais me levou a centrar esforços sobre esses elementos estruturantes de sua biografia que, no caso da coleção HGCB, jamais tinha sido objeto de estudo sistemático passível de converter seus rastros arquivísticos em alvo de incansável devassa.

Um deles, de grande importância por ter correspondido ao corpus documental basilar de toda a investigação, respeitou ao Fundo “Sérgio Buarque de Holanda” (SBH), salvaguardado nos acervos da Universidade Esta-

dual de Campinas (UNICAMP). Aos seus papéis conectei ainda as fontes que pude mapear junto à Associação Nacional de História (ANPUH), ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ao Arquivo e Biblioteca Nacionais (AN e BN).

Inspirado, mesmo sem o saber, em *Mozart: sociologia de um gênio*, de Norbert Elias, conforme me apontou um amigo da UFF – leitor do trabalho –, pode-se dizer que também “enterrei” Sérgio Buarque logo no início da narrativa sobre os resultados da dissertação. Pois ao tomar o luto gerado com sua morte, em 1982, através do cotejo entre a instância micro das homenagens que lhe foram prestadas e a configuração macro da sociedade brasileira, adentrei nos funerais e pude sondar a retórica da perda na sua extensão historicamente concebível.



ANDRÉ CARLOS FURTADO

AS EDIÇÕES DO CÂNONE

Da fase buarqueana na coleção
História Geral da Civilização Brasileira
(1960-1972)





Imagem I:
frente & verso):
Série: Vida Pessoal. 121 - Carteira de Prof. Catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. São Paulo, 28 fev. 1969. c. as. Vp 121 P2. Fundo SBH. Siarq-UNICAMP.

Imagem II:
Série: Vida Pessoal. 151 - Fotografia onde se vê SBH acompanhado de Oscar Niemeyer, Antonio Houaiss e Enio Silveira, por ocasião da instalação do Centro Brasil Democrático. Rio de Janeiro, 29 jul. 1978. b&p. 24x18. Vp 151 P3. Fundo "Sérgio Buarque de Holanda" (SBH). Arquivo da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP).

Imagem III (em destaque na página ao lado):
Capa do livro "As edições do cânone" (Eduff, 2016).



Neste sentido, constatei várias ressonâncias advindas de historiadores, membros das Academias de Letras, de personalidades da cena política, de antigos prisioneiros ou militantes de esquerda e dos fãs de seu filho mais conhecido, o cantor, compositor e escritor Chico Buarque. As falas exprimiam sentimentos de repúdio ao autoritarismo, mesmo limitados às entrelinhas dos discursos, cujas condolências foram responsáveis por reunir os opositores – suspeitos ou declarados – do regime civil-militar que começara em 1964.

Em meio às despedidas, percebi que o Buarque de Holanda ao qual se referiam era o professor catedrático da FFCL-USP e autor de Raízes do Brasil, mas não de quaisquer uma das versões desse livro. Tal comprovação vinha das inúmeras referências feitas a Antonio Candido nas homenagens póstumas, por conta do segundo e derradeiro prefácio que este crítico escrevera ao impresso da quinta edição dessa obra, de 1969, evidenciando que o Sérgio Buarque evocado correspondia ao indivíduo dos anos 1960 e, por consequência, ao diretor da HGCB.

Sob o impacto do peso empírico desta descoberta, lancei-me ao estudo das inúmeras coleções existentes à época – precedentes ou contemporâneas ao empreendimento fomentado pela Difel. De pronto minhas leituras da bibliografia sobre o assunto permitiram constatar que muitos dos projetos editoriais do gênero na ocasião eram atentos aos temas brasileiros, mas em diferentes campos do saber, e voltados a tornar públicas as obras de autoria solo, pois suas publicações poderiam ocorrer de forma autônoma do conjunto de livros aos quais integravam.

Somava-se ainda o persistente caráter ensaístico ou monográfico de suas estruturas textuais que faziam sentido por si só. Não era este o caso da HGCB que privile-

giou a compreensão dos tempos idos, obteve o aceite de colaboradores para a transformarem em uma coletânea, reuniu intelectuais vinculados às universidades do Brasil ou do exterior e, assim, compôs seus volumes com o objetivo de reformular os cânones da cultura escrita e, em particular, historiográfica, mediante um esforço de escrita conjunta e especializada da História.

Foram esses, em suma, os caminhos transitados durante a pesquisa – hoje convertida em livro –, que versa

sobre os aspectos relativos à recepção, aos conflitos do mundo letrado e à renovação dos estudos históricos via HGCB. As mudanças promovidas por intermédio dos referidos impressos alteraram a maneira de se olhar, estudar e ensinar as representações do nosso passado, bem como ajudaram a tecer uma densa rede de sociabilidades indispensável ao posterior destaque assegurado ao nome e à obra do autor paulista no seio da historiografia.

Assim, diferente dos que reputam a Raízes do Brasil o status de clássico “de nascença” ou “por amadurecimento” para justificar os sentidos canonizadores de sua distinção, busquei demonstrar que esta imagem só poderia ter sido o fruto de um constante jogo de “negociações”: com os editores, os pares de seus diversos ofícios, as conjunturas e vicissitudes biográficas, os colaboradores de seus projetos, a posteridade etc. Mas um tal “negócio” logo mostrou-se perene e necessariamente coletivo, muito além do livro octogenário, quando enfim me dei conta da força constituída pelo empreendimento da Difel. Daí o título: As edições do cânone. Da fase buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972).

Posto isso, resta ainda uma última palavra: se parafraseie em termos o estudo do professor Giovanni Levi ao nomear este artigo é porque defendo ser esta coleção a mais valiosa herança buarqueana. Logo, manter a duplicidade gráfica do termo (i)material serve para que eu possa me referir à materialidade dos livros da HGCB e ao inegável reconhecimento e adoção no campo acadêmico (mesmo silenciosamente) desta fórmula de autoria em coletânea, textos curtos e recortes especializados como o modelo de escrita da História da qual somos herdeiros.

SOBRE A PESQUISA

O autor esteve na FURB para palestra em agosto. O convite parte do Centro Acadêmico do Curso de História da FURB (CAHClío), juntamente com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Movimentos Sociais (NEPEMOS) e o Centro de Memória Oral e Pesquisa Sueli Petry (CEMOP). A promoção ocorreu dia 8 de agosto com a palestra intitulada “Os livros, as leituras e os embates acadêmico-editoriais. Sérgio Buarque de Holanda e a coleção História Geral da Civilização Brasileira”. O encontro aconteceu na sala J-307, Campus 1 da FURB, e teve como ministrante o historiador graduado pela Instituição, André Carlos Furtado. A entrada é gratuita e aberta à comunidade.

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Furtado traz na palestra resultados do estudo pioneiro sobre a trajetória intelectual do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), um dos mais importantes estudiosos da história da civilização brasileira. As pesquisas sobre Buarque de Holanda feitas por Furtado iniciaram ainda na FURB, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido por ele, e se estendem até hoje, enquanto cursa o doutorado.

“

Constatai várias ressonâncias advindas de historiadores, membros das Academias de Letras, de personalidades da cena política, de antigos prisioneiros ou militantes de esquerda e dos fãs de seu filho mais conhecido, o cantor, compositor e escritor Chico Buarque. As falas exprimiam sentimentos de repúdio ao autoritarismo, mesmo limitados às entrelinhas dos discursos, cujas condolências foram responsáveis por reunir os opositores – suspeitos ou declarados – do regime civil-militar que começara em 1964.



CURTAS

FEIRA DO LIVRO DO SESC BLUMENAU COMEÇA NO DIA 27

A abertura da segunda edição da Feira do Livro do SESC Blumenau ocorre na terça-feira, dia 27 de setembro, às 9h, no Teatro Carlos Gomes. Promovida pelo Sesc de Santa Catarina, o evento segue até sábado, 1º de outubro, e tem em sua programação estandes de editoras e livrarias, apresentações artísticas, palestras, oficinas, chás literários e debates sobre a literatura.

Com o tema “Imagens literárias”, a edição conta com as iniciativas “Feira Setorial de Literatura” e o “Palco Aberto”, as duas no dia 1º de outubro. A primeira é uma ação da escritora Terezinha Manczak, onde escritores da região apresentam e/ou divulgam suas obras. Interessados podem se inscrever enviando um e-mail para: terezinhamanczak@gmail.com

Na outra iniciativa, o “Palco Aberto”, autores, blogueiros e envolvidos com literatura podem mostrar suas produções. Os interessados podem enviar um e-mail para: desiree.6941@sesc-sc.com.br

Para mais informações, acesse www2.sesc-sc.com.br/evento/2141/ ou o evento www.facebook.com/events/813751958765179/

ESCRITOR GREGORY HAERTEL LANÇA LIVRO DIA 10 DE SETEMBRO

O escritor, letrista e dramaturgo Gregory Haertel lança dia 10 de setembro seu novo romance em Blumenau. “A Casa Antiga” trata sobre amor, enchente e perda. Cada capítulo representa um dia na vida de um casal de Aguardo, cidade em que o protagonista – durante uma grande cheia – carrega o corpo da esposa. Pensa, reflete, confunde-se, encontra-se. Este é o enredo do novo romance. O lançamento da obra ocorre das 17h às 21h, na Livraria Blulivro, no Shopping Center Park Europeu, em Blumenau. Produzido e editado pela Editora da Casa, o livro custa R\$ 30,00.

“Há uma verdade pungente nessa ficção de Gregory Haertel. Um reconhecimento de carne nessa prosa que se desdobra em si. Algo subterrâneo impõe-se com força e constrói cumplicidades entre autor, Homem e leitor. Afinal, também temos nossas casas antigas, também carregamos nossos cadáveres. Ao libertar-se de A Casa Antiga, Gregory entrega-nos um grande livro, que machuca e diz de nós. Um livro em que nos reconhecemos”, comenta o escritor e historiador Viegas Fernandes da Costa.

“Haertel criou uma obra sem cortinas: nua. Visceral. Um livro que deixará sua marca na literatura brasileira”, acrescenta o escritor Carlos Henrique Schroeder.

A obra A Casa Antiga é patrocinada pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura de Blumenau e 30% da tiragem será distribuída gratuitamente para instituições de ensino do município. Acompanhe as notícias e as novidades pelo www.facebook.com.



DIVULGAÇÃO

SANTA CATARINA É PRIMEIRO ESTADO BRASILEIRO A RECEBER EXPOSIÇÃO DO MODERNISTA GAUDÍ

A exposição de Gaudí chegou em Florianópolis final do mês de agosto e deve ficar por pouco mais de dois meses, até 30 de outubro, no Museu de Arte de Santa Catarina (Masc) no CIC. Quem traz a mostra ao Brasil é o Instituto Tomie Ohtake junto com o Grupo Arteris. A exposição conta com mais de 100 obras entre peças do arquiteto e desenhista catalão e também de outros artistas contemporâneos de Gaudí. Do arquiteto, desenhos, mobílias como mesas e cadeiras e peças como maçanetas e janelas compõem a mostra. Há obras de até 14 metros e, por isso, planeja-se ocupar o jardim do CIC e outros espaços do centro cultural, além do Masc. Santa Catarina será o primeiro estado brasileiro a receber a exposição, que segue para São Paulo em novembro. A exposição “Gaudí, Barcelona 1900” foi aberta ao público no dia 27 de agosto e a visitação ocorre de terça-feira a domingo, das 10h às 21h. Às terças-feiras a entrada é gratuita e nos demais dias o valor da entrada será R\$ 10 (meia-entrada R\$ 5). Grupos de escolas públicas e projetos sociais terão entrada gratuita mediante agendamento. Em 2015, a mostra de Miró atraiu quase 70 mil visitantes ao Masc de 12 de setembro a 15 de novembro.

PROJETO CAIXEIROS CIRCULANDO TRAZ APRESENTAÇÕES GRATUITAS DE TEATRO LAMBE-LAMBE

No dia 11 de setembro a Cia Macadame apresenta os espetáculos de teatro lambe-lambe: “Confusões na Floresta” (4min), “O Naufrago e a Sereia em Perigo nos Mares” (4min), e, “Ideia de Passarinho” (3min), por meio do projeto Caixeiros Circulando. As apresentações, gratuitas e abertas ao público, ocorrem no Parque Ramiro Ruediger, das 14h30min às 16h30min. O projeto Caixeiros Circulando é patrocinado pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura, Conselho Municipal de Política Cultural, Fundação Cultural de Blumenau e Prefeitura Municipal de Blumenau.

Haverá mais duas ações do projeto até o fim deste ano, uma, no dia 29 de outubro, no Espaço Cultural Vovó Tânia (às 15h); e outra, no dia 18 de novembro, na ONG São Roque (às 15h). Acompanhe as notícias e as novidades da Cia Macadame e do projeto Caixeiros Circulando pelo www.facebook.com/ciamacadame ou www.blumenau-maiscultura.com.br/projeto/107

CANTORA MAREIKE VALENTIN SE PREPARA PARA GRAVAR ÁLBUM “DOIS”

A cantora de Blumenau Mareike Valentin atingiu a meta estabelecida de R\$ 30 mil em campanha de financiamento coletivo para lançar seu segundo CD, o álbum Dois. Graduada em Música pela FURB, ela foi tema de reportagem especial na edição de agosto do Expressão Universitária. Além de ser o segundo disco, o nome “Dois” também foi escolhido porque as músicas falam de casais, de relacionamentos, de brigas, de reconciliações e, principalmente, de amor. “Eu tinha tanto medo de entrar nesse tipo de campanha e não imaginava que ela me daria muito mais do que o valor necessário pra realizar um novo projeto, me deu a certeza de que muitas pessoas (mais do que eu imaginava) me apoiam e querem ver meu trabalho seguindo. Essa, sem dúvida, é a recompensa maior que eu recebi. Que sortuda, não?!” revelou a cantora nas redes sociais. Radicada em Blumenau, Santa Catarina, desde 1986, Mareike Valentin nasceu em Rheinfelden, na Alemanha. Iniciou os estudos musicais aos sete anos de idade e, desde 1998, aperfeiçoa a técnica musical e vocal por meio de cursos com músicos de diversas partes do mundo. Lançou o primeiro álbum em 2012, sob a direção musical do pianista, compositor e arranjador Leandro Braga. Em 2014, realizou turnê pelo Circuito Rede SESC de Teatros, por toda Santa Catarina.

INSPIRAÇÃO



FOTO: YOANA CARRIHO

COLMEIA DEIXA BLUMENAU COLORIDA NESTE MÊS

O evento do Coletivo Laboral Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas, em parceria com o Teatro Carlos Gomes, ocorre nos dias 24 e 25 de setembro e apresenta mais de 250 atrações

Nos encontros, uma ode ao pensamento coletivo, à troca de ideias. Nos bastidores, organização e zum, zum, zum, gestão na moderação de favos (grupos de trabalho, denominados GTs), integração de abelhas e fabricação de mel. São mais de 500 artistas, artistas e gestores culturais com um mesmo ideal: produzir o COLMEIA 2016. O evento, gratuito e aberto a toda comunidade, que ocorre neste ano nos dias 24 e 25 de setembro, no Teatro Carlos Gomes, chega à quinta edição fortalecido e com número recorde de inscrições. O público de Blumenau e região poderá prestigiar cerca de 270 atrações; sete artesãos (GT artesanato); 21 espetáculos teatrais (GT cênicas); 11 filmes (GT cinema); 14 pratos desenvolvidos pelo GT culinária; 14 apresentações do GT de dança; 52 apresentações e batalhas de break do GT hip hop; 21 atrações do GT literatura; 67 shows musicais para embalar a plateia, do GT música; 13 workshops do GT oficinas e 41 obras selecionadas e trabalhadas pelo GT de visuais. As novidades desta edição foram a criação do GT Mobilidade Urbana, com oito adesões, que une as pessoas do pedal com o fazer artístico do evento, e o GT Criança, demanda que surgiu nas reuniões, onde os Grupos de Trabalho (GTs) se uniram para fazer uma rota de atrações ao público infantil.

“Receber e apoiar um evento como o COLMEIA, que é totalmente colaborativo, onde nós cedemos as dependências e os artistas cedem as suas artes, nos fortalece como instituição e como cidadãos. Assim contribuímos para a fomentação da cultura, aproximando a comunidade, os artistas locais e regionais”, comenta a coordenadora de eventos culturais do Teatro Carlos Gomes, Eloise Marangoni.

“A produção coletiva buscou renovação através da colaboração, encontrou amor pela arte e o fazer acontecer. Esse ano trazemos duas novidades e for-

talecemos mais uma vez o trabalho com os artistas. Serão dois dias de muita arte para a comunidade e esperamos que ela se empodere do que lhe é de direito”, afirma a moderadora do GT Artesanato, Natele Petersen.

A programação completa do evento estará disponível a partir do dia 5 de setembro nas redes sociais do COLMEIA. Acompanhe as notícias e as novidades pelo www.facebook.com/coletivocolmeia e pelo www.instagram.com/coletivocolmeia (novidade deste ano também).

SAIBA MAIS

Com a primeira edição em 2012, tendo como um dos idealizadores o artista Clóvis Truppel (in memoriam), o evento COLMEIA é colaborativo, organizado pela classe cultural em conjunto com o teatro. Na parceria estabelecida, o Teatro Carlos Gomes cede as dependências e a estrutura sem custos e os artistas cedem a sua produção. Desta forma, a comunidade tem acesso ao movimento cultural sem cobrança de ingressos. Além de uma programação cultural intensa, outro destaque na quinta edição é novamente a gestão dos favos pelos moderadores, líderes-carismáticos que foram surgindo durante as reuniões, e que tomam às frentes dos Grupos de Trabalho (GT) nas áreas de artesanato, cênicas, cinema, culinária, dança, hip hop, literatura, mobilidade urbana, música, oficinas e visuais.

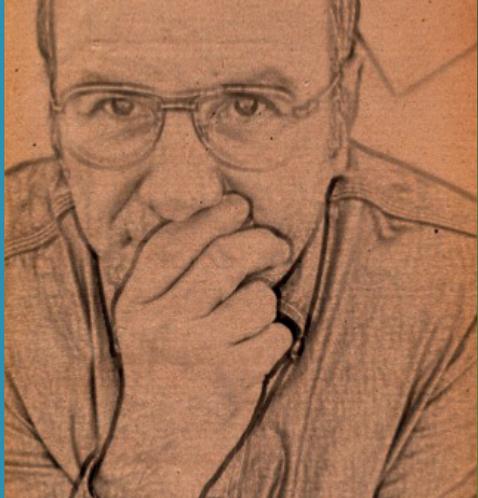
SERVIÇO:

COLMEIA 2016 – Quinta edição

Quando: nos dias 24 e 25 de setembro

Horário: Sábado das 10h às 2h e domingo das 10h às 24h (ou 00h)

Local: Teatro Carlos Gomes (Rua XV de Novembro, 1181 - Centro - Blumenau) Entrada: Gratuita e aberta a toda a comunidade



LADO B

A SOLUÇÃO MÁGICA

A gestão universitária tem lá também suas próprias modas. Os manuais de administração universitária estão repletos de fórmulas gastas. Quem não se lembra de expressões como, por exemplo, Pesquisa Operacional, Gerência por Objetivo, Desenvolvimento Organizacional, Enriquecimento de Tarefas, Círculos de Qualidade, Qualidade Total, Gestão Participativa, Gestão Empreendedora... O desfile de modelos é longo. A origem dos modismos permanece um mistério sociológico. Não se sabe bem direito se as tendências se propagam, difundem ou contagiam. Mas, em períodos de crise, uma fórmula sempre surge como solução mágica.

Na FURB as coisas não são muito diferentes. De tempos em tempos também somos honrados com alguma magia. Sempre que ocorre uma mudança de gestão, alguém descobre um novo gadget administrativo, ou algum recém-chegado tenta ajudar, vive-

mos um surto reformista. Foi assim com o segundo mandato da Gestão Egon/Rui (1998-2006) do qual participei, foi assim também no início da Eduardo/Romero (2006-2010). Parece que quem administra nunca está satisfeito com a estrutura administrativa. Porém, o encantamento geralmente dura até quando começam as reuniões e as discussões. Agora parece que a moda é a “Estrutura Radial”.

A Estrutura Radial constitui o nome atribuído pelo documento intitulado Estudos de Reestruturação Administrativa à proposta de organização institucional. Ninguém sabe exatamente quem, como, quantos e para que foram efetuados estes estudos, mas eles estão aí. Diante disto, pode-se supor que: a) a proposta é oficial porque foi apresentada no CONSUNI e circulou no e-mail da FURB; b) foi elaborada por um grupo

restrito pois poucas pessoas tinham conhecimento. O documento caracteriza-se por duas partes principais: a) Fundamentos Normativos: princípios e objetivos que guiam a proposta; b) Desenho Organizacional: novo organograma institucional.

No que se refere aos fundamentos o PowerPoint indica que a Gestão Radial possui: a) Três objetivos: Para prover (alinhamento estratégico de ações institucionais); Para garantir (Registro de conhecimento, integração das atividades fins e meio, integração setorial e gestão superior, redução de prazos, esforços e custos); Para atingir (Melhoria contínua das atividades, satisfação da comunidade acadêmica); b) Quatro premissas: Otimização (foco no desenvolvimento de alternativas com base em indicadores), Objetividade (Foco na missão da FURB), Efetividade (Foco na melhoria), Praticidade (Foco no planejamento e no desenvolvimento institucional).

Com relação ao desenho, a Estrutura Radial recomenda duas mudanças: a) Gestão Superior: no centro os Conselhos Superiores e oito rios (Controladoria, Reitoria, Pró-reitorias, Assessorias, Órgãos Suplementares, Instituto FURB, Secretarias, Conselho de Diretores); b) Gestão Setorial: no centro o Conselho de Unidade e três raios (Direção de Unidade, Cursos de Pós-graduação e Cursos de Graduação, Colegiados de Curso e NDE). Não está claro como estes conselhos serão compostos e nem como funcionarão. Neste sentido, fica aquela sensação esquisita de que estamos trocando o conhecido pelo desconhecido.

Para entender os limites e potencialidades da implantação da Estrutura Radial é preciso considerar primeiro o desenvolvimento institucional da FURB. Do ponto de vista histórico, a FURB passou por três grandes reestruturações administrativas: a) 1968: a criação do regime de faculdades; b) 1986: a transformação da

FURB em universidade; c) 1994: a transformação numa instituição pública. A gestão administrativa da FURB passa, portanto, de uma ideia de separação isolada para uma concepção de integração organizacional. Em todas estas mudanças se emulou administrativamente as universidades públicas federais.

A Estrutura Radial constitui um balão de ensaio político. Afinal, uma mudança desta envergadura envolve a modificação dos estatutos da FURB. Neste sentido, é preciso formar tanto um consenso interno para obter maioria no CONSUNI, quanto consenso externo porque as mudanças devem passar pelo exame da Câmara Municipal, posteriormente sancionadas pelo prefeito. Trata-se de uma negociação delicada e complexa porque mexe na estrutura legal da FURB. E os meandros políticos e jurídicos dessas mudanças são muito delicados, ariscados e conflitivos. Mais precisamente, a proposta visa sondar a disponibilidade de mudança comunidade furbiana.

Neste sentido, a circulação da proposta por e-mail provocou uma espécie de desconfiança cínica. Numa época de polarização destacam-se dois posicionamentos principais: a) Narrativa da Reforma: discurso que defende a ideia que é necessário efetuar uma reestruturação administrativa; b) Narrativa da Resistência: discurso que sustenta que a reestruturação administrativa representa uma ameaça as conquistas acadêmicas e trabalhistas. Possivelmente, as duas posições estão certas e erradas ao mesmo tempo. Precisamos urgentemente ajustar a FURB a conjuntura regional, porém um ajuste tecnocrático é muito ariscado.

É que a FURB ajudou a mudar a região, mas parece não se aperceber que a região mudou. Durante mais de cinquenta anos a FURB formou gerações de estudantes. Este processo possibilitou a região mudar de uma economia industrial para uma economia de serviços. Uma economia de serviços é mais dinâmica e instável, e exige mais agilidade organizacional. O paradoxo desta história é que a FURB ajudou a mudar o contexto social, mas não consegue mudar a si mesma. Por isto a FURB precisa se abrir para a sociedade; aprender com o contexto social. Para efetuar uma mudança organizacional precisamos saber que FURB a região precisa.

Neste sentido, é bom não esquecer que universidades constituem organizações multifuncionais. Fazem ensino, pesquisa e extensão. E fazem ensino, pesquisa e extensão de muitas formas diferentes. Isto significa que o que é considerado uma boa forma de produzir, transmitir e aplicar conhecimento para um curso pode não ser para outro. Isto significa que cada curso constitui uma cultura epistêmica. Neste sentido, centros constituem, ao mesmo tempo, uma unidade cognitiva, mas também política e econômica. Por isto, sempre vale lembrar que as mudanças nas universidades devem ser incrementais e participativas.

Infelizmente não existe solução mágica em universidades. As reformas administrativas devem ser consequência de um consenso político. E consensos em universidades públicas são difíceis de serem alcançados. Afinal, uma boa estrutura administrativa não é aquela que é melhor desenhada tecnicamente, mas aquela que recebe maior apoio político. Neste sentido, a Estrutura Radial constitui uma solução que aumenta o problema. Porque Noves fora, visa basicamente duas mudanças: 1) extinção dos departamentos; 2) diminuição do número de centros. Ou, dito de outra forma, aumenta simultaneamente o centralismo e o assembleísmo.

Os modismos administrativos são sempre nocivos. Reforçam a polarização, dificultam mudanças, viciam a organização na busca de soluções mágicas. Afinal, a história da parceria entre a FURB e a Fundação Don Cabral está aí para ilustrar estes riscos. Por isto, não podemos confundir reestruturação administrativa com montagem de diagramas. As pessoas não acreditam na reestruturação administrativa porque ela é bem concebida; mas ao contrário, a reestruturação se torna bem concebida quando as pessoas acreditarem nela. Isto significa que as soluções somente fazem magia quando a maioria acreditar nelas.

“

A FURB ajudou a mudar a região, mas parece não se aperceber que a região mudou. Durante mais de cinquenta anos a FURB formou gerações de estudantes. Este processo possibilitou a região mudar de uma economia industrial para uma economia de serviços